



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MONCELI MACIEL DIAS

**EXPORTAÇÕES E INFORMALIDADE: REFLEXÕES E ANÁLISE DOS FLUXOS
COMERCIAIS NA FRONTEIRA DO OIAPOQUE**

Macapá
2025

MONCELI MACIEL DIAS

**EXPORTAÇÕES E INFORMALIDADE: REFLEXÕES E ANÁLISE DOS
FLUXOS COMERCIAIS NA FRONTEIRA DO OIAPOQUE**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Colegiado de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Esp. Jany da Silva Monteiro

Macapá
2025

MONCELI MACIEL DIAS

**EXPORTAÇÕES E INFORMALIDADE: REFLEXÕES E ANÁLISE DOS
FLUXOS COMERCIAIS NA FRONTEIRA DO OIAPOQUE**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Colegiado de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Macapá, 12 de julho de 2025

BANCA EXAMINADORA

Jany da Silva Monteiro
Especialista em Auditoria e Perícia
Contábil na Faculdade de Macapá
(FAMA)
Professor da Universidade Federal do
Amapá (Orientadora)

Letícia Talita Brazão Picanço
Mestra em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Professora da Universidade Federal do
Amapá (Avaliadora Titular)

Jessica Mayara Lima Ramires
Mestre em Estudo de Fronteira pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Professora da Universidade Federal do
Amapá (Avaliadora Titular)

EXPORTAÇÕES E INFORMALIDADE: REFLEXÕES E ANÁLISE DOS FLUXOS COMERCIAIS NA FRONTEIRA DO OIAPOQUE

EXPORTATIONS ET INFORMALITÉ : RÉFLEXIONS ET ANALYSE DES FLUX COMMERCIAUX À LA FRONTIÈRE DE L'OIAPOQUE

Monceli Maciel Dias¹

RESUMO

Este artigo analisa a economia informal na fronteira entre Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges (Guiana Francesa), explorando suas causas, dinâmicas e impactos multidimensionais. A região, marcada por assimetrias regulatórias e históricas, apresenta fluxos comerciais informais que incluem pescado, combustíveis, ouro e eletrônicos, sustentando comunidades locais, mas desafiando políticas aduaneiras. O estudo revela que essas práticas não são meramente ilegais, mas estratégias adaptativas enraizadas em relações comunitárias e necessidades econômicas. Os impactos são ambivalentes: enquanto a informalidade gera renda e preserva modos de vida tradicionais, ela também limita a arrecadação estatal e expõe as populações a conflitos com autoridades. Geopoliticamente, a tensão entre soberania e integração evidencia a inadequação de modelos rígidos de governança fronteiriça em contextos culturalmente porosos. O artigo propõe três eixos para políticas públicas: flexibilização normativa para pequenos produtores, fortalecimento da cooperação binacional e inclusão das comunidades na governança territorial. Conclui-se que soluções sustentáveis devem transcender dicotomias simplistas, reconhecendo a fronteira como espaço dinâmico que exige abordagens inovadoras, combinando controle estatal e adaptação às realidades locais.

Palavras-chave: Economia informal. Fronteiras internacionais. Comércio transfronteiriço. Políticas aduaneiras. Integração regional.

RÉSUMÉ

Cet article analyse l'économie informelle à la frontière entre Oiapoque (Brésil) et Saint-Georges (Guyane française), en explorant ses causes, sa dynamique et ses impacts multidimensionnels. Marquée par des asymétries réglementaires et historiques, la région présente des flux commerciaux informels, notamment de poisson, de carburant, d'or et d'électronique, qui soutiennent les communautés locales mais remettent en cause les politiques douanières. L'étude révèle que ces pratiques ne sont pas simplement illégales, mais constituent des stratégies d'adaptation ancrées dans les relations communautaires et les besoins économiques. Les impacts sont ambivalents : si l'informalité génère des revenus et préserve les modes de vie traditionnels, elle limite également les recettes de l'État et expose les populations à des conflits avec les autorités. Sur le plan géopolitique, la tension entre souveraineté et intégration met en évidence l'inadéquation des modèles rigides de gouvernance frontalière dans des contextes culturellement poreux. L'article propose trois axes de politiques publiques: la flexibilité réglementaire pour les petits producteurs, le renforcement de la coopération binationale et l'inclusion des communautés dans la gouvernance territoriale. Il conclut que les solutions durables doivent transcender les dichotomies simplistes, en reconnaissant la frontière comme un espace dynamique qui nécessite des approches innovantes, combinant contrôle de l'État et adaptation aux réalités locales.

Mots-clés : Économie informelle. Frontières internationales. Commerce transfrontalier. Politiques douanières. Intégration régionale.

¹ Acadêmico do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Email: moncidias@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A fronteira entre Oiapoque, no extremo norte do Brasil, e Saint-Georges, na Guiana Francesa, constitui um espaço único de interações e contradições. Enquanto município brasileiro, Oiapoque enfrenta os desafios típicos de regiões fronteiriças remotas, como infraestrutura precária e economia dependente de recursos naturais. Do outro lado, Saint-Georges, como território ultramarino francês e parte da União Europeia, opera sob um conjunto distinto de normas e dinâmicas econômicas (Almeida; Rauber, 2017).

Essa assimetria não apenas reflete as diferenças entre os dois lados da fronteira, mas também cria um cenário propício para o surgimento de práticas econômicas informais que desafiam as estruturas formais de comércio e regulamentação aduaneira (Cardoso, 2023).

Regiões fronteiriças são, por natureza, espaços de encontro e tensão, onde as noções tradicionais de soberania e controle estatal frequentemente se chocam com realidades locais complexas. No caso específico de Oiapoque e Saint-Georges, essa dinâmica é ainda mais marcante devido à presença de comunidades indígenas, ribeirinhas e migrantes, cujas atividades cotidianas transcendem as fronteiras políticas estabelecidas. A permeabilidade dessa fronteira não é apenas física, mas também econômica e cultural, resultando em fluxos comerciais que muitas vezes escapam aos mecanismos formais de regulação (Almeida; Rauber, 2017).

A economia informal em contextos fronteiriços pode ser compreendida como um conjunto de práticas comerciais que, embora não reguladas pelo Estado, são socialmente legitimadas e essenciais para a subsistência das populações locais. Essas atividades, que incluem desde o escambo até o comércio de mercadorias sujeitas a restrições aduaneiras, são frequentemente impulsionadas por diferenças cambiais, tributárias e de acesso a bens. Na fronteira entre Oiapoque e Saint-Georges, a informalidade não é um fenômeno marginal, mas sim uma característica estrutural, moldada por décadas de interdependência econômica e cultural entre as comunidades de ambos os lados.

Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte questão central: como a economia informal molda os fluxos comerciais na fronteira Oiapoque/Saint-Georges, e quais são os impactos dessa dinâmica para a integração regional e as políticas aduaneiras brasileiras? A relevância dessa pergunta torna-se evidente quando consideramos as assimetrias regulatórias entre os dois lados da fronteira. Enquanto a Guiana Francesa segue as normas da União Europeia, o Brasil opera sob as regras do Mercosul, criando um cenário em que as barreiras

invisíveis burocráticas muitas vezes se sobrepõem às necessidades práticas das populações locais. Cabe esclarecer que a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa tem extensão de 730,4 km, dos quais 427,2 km são por rios e 303,2 km por divisor de águas, sendo o Amapá o único estado brasileiro a fazer fronteira com o referido país (FUNAG, 2015).

Este trabalho não apenas visa analisar os fluxos comerciais informais na fronteira, mas também discutir seus impactos sobre a integração regional e avaliar a eficácia das políticas aduaneiras brasileiras no contexto local. A justificativa para essa abordagem é dupla: acadêmica e social. Do ponto de vista acadêmico, o tema é relevante para as Relações Internacionais, pois permite explorar o hiato entre as teorias tradicionais de soberania e a realidade das fronteiras permeáveis. Ao mesmo tempo, dialoga com debates contemporâneos sobre globalização e governança em zonas periféricas, onde as dinâmicas locais frequentemente desafiam as estruturas formais de poder.

Do ponto de vista social, compreender a economia informal na região é essencial para propor políticas públicas que não criminalizem as populações locais, mas sim promovam um desenvolvimento inclusivo e sustentável. A fronteira Oiapoque/Saint-Georges serve como um laboratório vivo para repensar modelos de integração binacional que sejam sensíveis às realidades locais, em vez de impor soluções genéricas que ignoram as especificidades do território.

Para alcançar esses objetivos, o artigo adotará uma metodologia que combina revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica focará nas teorias sobre economia informal e dinâmicas fronteiriças, enquanto a análise documental examinará tratados, leis aduaneiras e acordos bilaterais relevantes.

A originalidade deste estudo reside no seu foco em uma região fronteiriça pouco explorada pela literatura acadêmica, mas que possui uma importância estratégica devido à sua conexão com a União Europeia através da Guiana Francesa. Ao contrário de fronteiras mais estudadas, como as do Paraguai ou Argentina, o caso de Oiapoque/Saint-Georges oferece insights únicos sobre como as assimetrias regulatórias e econômicas podem moldar as dinâmicas locais.

Por fim, este artigo pretende contribuir não apenas para o debate acadêmico, mas também para a formulação de políticas públicas mais eficazes e humanizadas. Ao examinar os fluxos comerciais informais nessa fronteira, espera-se oferecer um entendimento mais profundo das complexidades que caracterizam a vida nas regiões fronteiriças e, assim, inspirar

abordagens mais sensíveis e contextualizadas. Nos capítulos seguintes, serão detalhados o marco teórico que fundamenta a análise, a situação empírica da fronteira Oiapoque/Saint-Georges e os impactos das dinâmicas identificadas.

Vale destacar que a fronteira em questão não é apenas um limite geopolítico, mas também um espaço vivo de trocas simbólicas e identitárias. As comunidades locais, muitas vezes marginalizadas pelos centros de poder, desenvolvem estratégias próprias de sobrevivência que desafiam as categorias rígidas do Estado-nação. Essa resistência cotidiana, embora pouco visível nos grandes debates nacionais, é fundamental para entender por que certas políticas falham em alcançar seus objetivos na prática (Almeida; Rauber, 2017).

2. ECONOMIA INFORMAL E FRONTEIRAS – MARCO TEÓRICO

A compreensão das dinâmicas econômicas informais em regiões fronteiriças exige um sólido embasamento teórico que dialogue com as particularidades desses espaços liminares. Este capítulo busca construir um marco conceitual capaz de elucidar os fluxos comerciais entre Oiapoque e Saint-Georges, articulando teorias clássicas e contemporâneas sobre fronteiras, informalidade e integração.

Assim, partimos do pressuposto de que a fronteira não é meramente uma linha geopolítica estática, mas um território vivo, onde se entrelaçam lógicas formais e informais de circulação de pessoas, mercadorias e capitais. A análise aqui desenvolvida se concentrará em três eixos centrais: (1) os conceitos fundadores do comércio transfronteiriço informal, (2) as tipologias de fronteiras e sua permeabilidade, e (3) as zonas de contato como espaços de hibridismo cultural e econômico.

2.1 Conceitos-Chave para a Análise da Informalidade Fronteiriça

O comércio transfronteiriço informal, longe de ser um fenômeno marginal, constitui uma estratégia de sobrevivência e integração econômica em regiões periféricas. Alain Tarrus (2002), em seus estudos sobre fluxos transnacionais, demonstra como as redes informais desafiam as estruturas estatais, criando circuitos econômicos paralelos que operam a partir de confiança social e reciprocidade. Na fronteira Oiapoque/Saint-Georges, tais dinâmicas são visíveis no transporte de mercadorias como pescado, combustíveis e ouro, cuja circulação muitas vezes ocorre à margem das normas aduaneiras, mas dentro de um sistema de trocas historicamente legitimado pelas comunidades locais (Silva; Granger; Tourneau, 2019; Silva; Rückert, 2009).

A dicotomia entre "fronteiras permeáveis" e "fronteiras rígidas", proposta por Raúl Zibechi (2015), oferece uma chave analítica crucial para entender a realidade da região. Enquanto as fronteiras rígidas são marcadas pelo controle estrito e pela militarização – características típicas de áreas sob tensão geopolítica –, as fronteiras permeáveis permitem fluxos contínuos de pessoas e bens, ainda que de forma não oficial (Silva *et al.*, 2024). O caso analisado neste artigo situa-se em um espectro intermediário: embora o Estado brasileiro busque impor barreiras formais, a geografia acidentada, as relações comunitárias transfronteiriças e a precariedade institucional tornam a fronteira essencialmente porosa (Almeida; Rauber, 2017). Essa permeabilidade seletiva é um traço comum em regiões onde o Estado está presente de forma intermitente, como destacam estudos sobre a Tríplice Fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai) (Grimson, 2011).

A partir da leitura de Weber (2016), podemos inferir que as políticas de integração, incluindo as linguísticas, em regiões de fronteira podem favorecer a criação ou o fortalecimento de relações positivas entre os habitantes dessas áreas. Neste sentido, a relação fronteiriça tem um aspecto único e bastante particular, como relata Sturza (2006):

[...] a Fronteira não significa apenas pela sua relação espacial, como o lugar que marca o limite entre territórios. Os limites cartográficos são referências simbólicas que significam a fronteira através de um marco físico, embora a vida da fronteira, o habitar a fronteira signifique, para quem nela vive muito mais, porque ela já se define em si mesma como um espaço de contato, um espaço em que se tocam culturas, etnias, línguas, nações (Sturza, 2006, p. 26).

2.2 Comparativo com Outras Fronteiras: Lições e Contrastes

É possível perceber em comparação a tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina) com outros casos que a informalidade na fronteira Oiapoque e Saint George não pode ser dissociada do seu contexto histórico de formação.

Desde o período colonial, esta região foi marcada por fluxos não regulados de pessoas e mercadorias, criando uma cultura de circulação que antecede os Estados nacionais modernos. As interações entre as margens do rio Oiapoque, apesar da delimitação oficial da fronteira em 1900, mantiveram-se por meio de sistemas integrados informais, envolvendo comunidades indígenas, familiares e comerciais, com pouca fiscalização até o final do século XX (Silva *et al.*, 2024). Esse legado histórico ajuda a explicar por que as comunidades locais muitas vezes percebem as atuais regulamentações aduaneiras como imposições externas e desconectadas de suas realidades cotidianas. A persistência de redes informais representa, em muitos aspectos, a continuidade de padrões seculares de interação territorial (Silva *et al.*, 2024).

Além das teorias já mencionadas, é relevante considerar o conceito destacado por Nogueira (2007) de "fronteira vivida" (*lived border*), que enfatiza como as experiências cotidianas dos moradores diferem das representações oficiais do espaço fronteiriço. Enquanto os Estados imaginam a fronteira como linha de controle, os habitantes locais a experimentam como zona de interação e oportunidades. Tal perspectiva destaca a fronteira como um espaço de referência identitária, onde o sentido de pertencimento e as práticas culturais locais dialogam com as normas estatais, revelando uma identidade territorial construída na experiência de habitar esse lugar (Nogueira, 2007). Essa dissonância entre a perspectiva estatal e a experiência local é particularmente aguda em regiões periféricas como Oiapoque, onde a presença do Estado é simultaneamente fraca em serviços básicos e forte em aparatos de controle (Prefeitura Municipal de Oiapoque, 2023; FNDE, 2024).

As teorias analisadas sugerem que a eficácia das políticas fronteiriças depende de sua capacidade de incorporar as racionalidades locais. Modelos puramente repressivos tendem a falhar porque ignoram os fatores estruturais que impulsionam a informalidade, como a falta de alternativas econômicas viáveis e as conexões familiares transfronteiriças (Mendes, 2021). Uma governança eficaz exigiria mecanismos inovadores que reconheçam a fronteira como espaço de múltiplas pertencências e lealdades, onde a legalidade precisa ser negociada com as práticas sociais estabelecidas (Pereira, 2014).

3. O CASO OIAPOQUE/SAINT-GEORGES – ANÁLISE EMPÍRICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A fronteira Oiapoque/Saint-Georges configura-se como um laboratório privilegiado para a compreensão das dinâmicas transfronteiriças na Amazônia. Este capítulo examina os fluxos comerciais concretos que caracterizam a região, articulando dados empíricos com o marco teórico estabelecido anteriormente. Partindo do pressuposto de que as práticas econômicas informais são moldadas tanto por fatores estruturais quanto por agentes locais, a análise se desdobra em dois eixos: (1) os produtos, rotas e atores que compõem o cenário comercial da fronteira, e (2) o arcabouço jurídico e político que regula – ou falha em regular – essas interações. A investigação revela como a assimetria entre os regimes aduaneiros brasileiro e francês gera contradições que são resolvidas cotidianamente por meio de estratégias informais, muitas vezes à margem da legalidade, mas profundamente enraizadas na vida local. Essa dinâmica se manifesta na fronteira Oiapoque/Saint-Georges, onde a rigidez das normas francesas contrasta com a flexibilidade brasileira, levando os moradores a adotarem práticas

informais para garantir a circulação de pessoas e mercadorias. Como destacado por Moura (2018), apesar das diferenças institucionais e políticas, as comunidades fronteiriças mantêm intensas interações sociais e econômicas, utilizando rotinas informais que ultrapassam os limites das regulamentações oficiais e refletem uma adaptação histórica às condições locais.

3.1 Produtos, Rotas e Atores

Os fluxos comerciais na fronteira Oiapoque/Saint-Georges são marcados por uma dualidade entre produtos legais e ilegais, sendo que essa distinção nem sempre corresponde às categorias oficiais. O pescado, por exemplo, circula intensamente entre os dois lados do rio Oiapoque, atendendo tanto à demanda local quanto a circuitos maiores que se estendem até Caiena. Essa circulação é facilitada por dezenas de catraias que operam dia e noite, transportando pessoas, alimentos, utensílios domésticos e equipamentos, muitos deles destinados a garimpos ilegais na Guiana Francesa. Embora parte dessas mercadorias transite de forma irregular, essas práticas são parte integrante da economia local e refletem a complexidade das relações transfronteiriças, onde o comércio formal e informal se entrelaçam (Vargas; Aquino, 2019). A pesca artesanal, praticada principalmente por comunidades ribeirinhas e indígenas na região da fronteira Oiapoque/Saint-Georges, muitas vezes ignora as fronteiras políticas, seguindo rotas tradicionais que antecedem a demarcação territorial contemporânea. Essa atividade é vital para a segurança alimentar local, mas frequentemente colide com as regulamentações sanitárias e aduaneiras, que exigem licenças e inspeções incompatíveis com a escala e a cultura dessas comunidades.

O ouro é um produto central na dinâmica da fronteira Oiapoque/Saint-Georges, cuja extração ilegal na Guiana Francesa tem sido um problema crônico com reflexos diretos no lado brasileiro. Estima-se que cerca de 10.000 brasileiros trabalhem em aproximadamente 479 garimpos clandestinos espalhados pelas florestas da Guiana Francesa, onde a mineração ilegal movimentada cerca de 10 toneladas de ouro por ano. Esse ouro é contrabandeado para o Brasil, especialmente para a cidade de Oiapoque, onde existem diversos postos de compra, muitos deles operando à margem da legalidade, facilitando a inserção do metal no mercado nacional. A rede que conecta os garimpos ilegais e o comércio em Oiapoque envolve uma complexa articulação entre atividades lícitas e ilícitas, desafiando as fronteiras entre o "mundo do crime" e o "mundo legal" (ABA, 2016).

A mineração artesanal de ouro em pequena escala, ou garimpo, teve início na Guiana Francesa principalmente a partir da década de 1990. Desde então, essa atividade cresceu

significativamente, impulsionada pela presença de milhares de garimpeiros, muitos deles brasileiros, que utilizam técnicas informais para explorar depósitos auríferos, apesar das restrições legais e dos impactos ambientais associados. Esse fenômeno é parte de uma tradição histórica de mineração na região, mas a intensificação do garimpo artesanal a partir dos anos 1990 marcou uma nova fase, caracterizada por uma expansão rápida e muitas vezes ilegal da atividade (Killeen, 2024). As autoridades francesas a reprimiram, mas isso não levou ao fim da atividade.

Na região de Saint-Georges-de-l'Oyapock, existem rotas estratégicas utilizadas para o transporte de mercadorias ilegais e para o deslocamento de migrantes rumo à capital da Guiana Francesa. Podemos dizer que a rota do ouro ilegal na fronteira Oiapoque/Saint-Georges é facilitada pela dificuldade de monitoramento na densa floresta amazônica e pela corrupção de agentes públicos em ambos os lados da fronteira. Esse contexto permite que a informalidade se articule com redes criminosas transnacionais, embora a maioria dos garimpeiros envolvidos sejam trabalhadores pobres em busca de sobrevivência. Conforme apontam Borges e Correa (2023), a garimpagem clandestina na Guiana Francesa é realizada majoritariamente por brasileiros que aproveitam a permeabilidade da fronteira, e a repressão policial, como a Operação Harpia, enfrenta resistência e violência, evidenciando a complexidade dessa dinâmica transfronteiriça.

Os atores envolvidos nesses fluxos são tão diversos quanto os próprios produtos. De um lado, estão as comunidades tradicionais, como os povos Karipuna e Galibi-Marworno, cujas atividades econômicas historicamente transcendem as fronteiras nacionais. Para esses grupos, o comércio informal é menos uma violação da lei do que uma continuidade de práticas ancestrais. Por outro lado, há comerciantes estabelecidos, que operam em um limbo jurídico, muitas vezes com autorizações parciais ou ambiguidades legais. Por fim, as autoridades públicas – policiais, agentes aduaneiros e fiscais – desempenham um papel ambíguo na fronteira Oiapoque/Saint-Georges, oscilando entre a repressão rigorosa e a conivência tácita, dependendo do contexto e dos interesses em jogo. Essa ambivalência é evidenciada pela dificuldade de monitoramento na densa floresta amazônica e pela presença de redes informais que envolvem agentes públicos, facilitando a circulação de mercadorias e pessoas à margem da legalidade. Conforme apontado por Vargas e Aquino (2019), a atuação estatal na região é marcada por uma tensão constante entre repressão e tolerância, com episódios de corrupção e conivência que permitem a continuidade das atividades ilegais, como o garimpo clandestino e o contrabando.

3.2 Políticas Públicas: Legislação e Acordos Bilaterais

A Ponte Binacional Franco-Brasileira, oficialmente inaugurada em 2017, estabelece a conexão entre Oiapoque (Amapá, Brasil) e Saint-Georges-de-l'Oyapock (Guiana Francesa), configurando-se como um marco estratégico para a integração física e simbólica entre o Brasil e o território ultramarino francês. Com 378 metros de extensão, a estrutura tem como proposta central facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, fomentando o desenvolvimento socioeconômico da região e fortalecendo os laços culturais entre as comunidades fronteiriças. Entretanto, na prática, a plena funcionalidade da ponte encontra-se comprometida por entraves institucionais e operacionais. As divergências entre os regimes aduaneiros, somadas à exigência de visto para cidadãos brasileiros e aos altos custos de seguros exigidos para veículos em território francês, impõem barreiras que desestimulam o uso regular da via oficial. Em análise a avaliação, tais restrições não apenas comprometem o potencial econômico da infraestrutura, mas também reforçam a persistência de rotas informais, que muitas vezes operam à margem da legalidade e da fiscalização.

As dificuldades no controle formal das exportações pela Ponte Binacional são intensificadas pela baixa capacidade operacional dos postos de fiscalização, que funcionam em horários limitados e enfrentam problemas estruturais. Soma-se a isso a rigidez dos procedimentos aduaneiros franceses em contraste com a maior flexibilidade do lado brasileiro, criando assimetrias que favorecem o comércio informal e o contrabando de itens como pescado e ouro.

O comércio na fronteira Oiapoque/Saint-Georges é regulado por um conjunto complexo de normas que muitas vezes se contradizem ou não consideram as especificidades locais, gerando dificuldades práticas para os moradores e comerciantes da região. O Acordo entre o Brasil e a França para o estabelecimento do Regime Especial Transfronteiriço, por exemplo, busca facilitar o intercâmbio de bens de subsistência entre as localidades fronteiriças, isentando esses produtos de impostos de importação e exportação. Contudo, esse regime é limitado a determinados bens e quantidades, e não abrange a totalidade das mercadorias comercializadas, o que contribui para a persistência de fluxos informais e contrabando (Brasil, 2017).

Além disso, a emissão da carteira transfronteiriça, que permite a circulação de moradores de Oiapoque em Saint-Georges sem visto por até 72 horas, representa uma tentativa de flexibilizar a mobilidade local, mas não elimina as barreiras burocráticas e sanitárias que restringem o comércio formal. Produtos proibidos, como ovos, bananas e batatas, ainda

circulam por rotas informais, evidenciando as limitações do controle aduaneiro e a necessidade de políticas que considerem a realidade social e econômica da fronteira. Essas questões são objeto de debate constante nas comissões mistas transfronteiriças, que buscam soluções para harmonizar as normas e promover o desenvolvimento sustentável da região (Pereira, 2024).

Do lado brasileiro, embora haja um reconhecimento da singularidade das áreas fronteiriças e esforços para flexibilizar normas aduaneiras, a aplicação prática das regras pela Receita Federal mantém um rigor burocrático que muitas vezes não condiz com a realidade local. Pequenos produtores e comerciantes enfrentam dificuldades para cumprir exigências documentais e procedimentos complexos, o que acaba por fomentar a informalidade como forma de viabilizar as trocas comerciais. Logo, essa dissonância entre a legislação e sua aplicação cria um ambiente propício para práticas informais, que são parte da dinâmica cotidiana da fronteira Oiapoque/Saint-Georges (Pereira, 2024).

Além disso, a emissão da carteira transfronteiriça, que permite a circulação de moradores de Oiapoque em Saint-Georges sem visto por até 72 horas, é uma tentativa de flexibilizar a mobilidade local, mas não elimina as barreiras burocráticas e sanitárias que restringem o comércio formal.

A Guiana Francesa, como departamento ultramarino da França e, portanto, território integrante da União Europeia, está sujeita às rigorosas regulamentações do Código Aduaneiro da União Europeia (CAU). Esse código estabelece normas detalhadas e procedimentos rigorosos para o controle aduaneiro, incluindo barreiras técnicas, sanitárias e fiscais que dificultam a entrada e saída de mercadorias na região. As alíquotas de importação podem chegar a valores elevados, e o cumprimento das exigências é fiscalizado de forma estrita, refletindo a aplicação das políticas europeias em um território amazônico com características socioeconômicas muito distintas (SEBRAE, 2019; EUR-Lex, 2024; Commission Européenne, 2013).

Essas regras mais rígidas impõem desafios significativos para o comércio transfronteiriço entre o Brasil e a Guiana Francesa, especialmente na região de Oiapoque/Saint-Georges. A necessidade de observância das normas europeias, combinada com a exigência de vistos e outras formalidades para brasileiros, cria barreiras que estimulam a circulação informal de mercadorias e pessoas. Assim, a fronteira é marcada por uma assimetria normativa que dificulta a integração econômica formal e reforça práticas informais como forma de adaptação local (SEBRAE, 2019; Commission Européenne, 2013).

A diferença regulatória entre o Brasil e a Guiana Francesa aprofunda a assimetria entre os dois lados da fronteira, incentivando o contrabando como um mecanismo informal de equalização econômica. Enquanto o Brasil adota normas mais flexíveis e enfrenta dificuldades na fiscalização devido à extensão e à complexidade da região, a Guiana Francesa, sob a jurisdição da União Europeia, impõe barreiras técnicas, sanitárias e burocráticas rigorosas que limitam o comércio formal. Essa disparidade cria incentivos para que comerciantes e moradores utilizem rotas informais, como as travessias fluviais por catraias, para transportar mercadorias proibidas ou sujeitas a altos impostos, configurando um sistema dual e assimétrico de circulação na fronteira (Vieira *et al.*, 2025).

Além disso, a Ponte Binacional, inaugurada para facilitar a integração, privilegia o uso por veículos franceses devido às exigências de vistos e seguros para brasileiros, o que reforça a desigualdade no acesso e estimula a manutenção de fluxos paralelos informais. As restrições e os horários limitados de funcionamento dos postos aduaneiros dificultam o controle efetivo das exportações e importações, contribuindo para a persistência do contrabando e das práticas informais como estratégias adaptativas das populações locais diante das assimetrias institucionais (Vieira *et al.*, 2025).

Os acordos bilaterais tentam atenuar esses problemas, mas com resultados limitados. O Acordo de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, assinado em 1996, prevê a promoção do desenvolvimento bilateral na fronteira Norte do país com a Guiana Francesa. No entanto, sua implementação tem sido lenta, com poucos avanços concretos no cotidiano dos moradores (MRE, 2016).

A Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque, inaugurada em 2011 e aberta ao tráfego em 2017, simboliza a integração entre Brasil e Guiana Francesa, mas seu uso para o comércio legal ainda é limitado. Apesar de facilitar o trânsito de pessoas e mercadorias, a falta de harmonização entre os regimes aduaneiros, os horários reduzidos dos postos de fiscalização e as exigências burocráticas, principalmente do lado francês, dificultam o comércio formal. Portanto em análise, isso mostra uma desconexão entre a infraestrutura e as regras necessárias para a integração. Comparando com outras fronteiras da América do Sul, como a tríplice fronteira, a ponte do Oiapoque ainda é mais um símbolo do que uma solução real. Segundo Maia Melo (2024), as fronteiras amazônicas são espaços onde a legalidade e a informalidade convivem, o que explica a persistência das rotas paralelas mesmo com investimentos em infraestrutura.

Ao longo de mais de um século (1901-2009), apenas sete acordos (ver Tabela 1)

impactaram e moldaram diretamente os usos político-territoriais da fronteira. Ainda assim, apenas por meio do Acordo-Quadro (1996) foi implementada uma política eficaz de desenvolvimento fronteiriço que pudesse gerar benefícios para os agentes locais.

A assinatura desse acordo ocorreu no mesmo ano em que os líderes do Mercosul e da União Europeia firmaram um Acordo-Quadro de cooperação entre os blocos. Isso demonstra que a análise das escalas geográficas de gestão e poder revela que várias decisões convergem para certos comportamentos políticos no território.

Tabela 1. Tratados e Acordos bilaterais com incidência direta sobre a fronteira (1901-2009)

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Decreto nº	Data
Convenção de Arbitramento	07/04/1909	27/06/1911	8850	26/07/1911
Acordo Marítimo	24/10/1975	01/11/1979	84326	20/12/1979
Tratado de Delimitação Marítima	30/01/1981	19/10/1983	88945	07/11/1983
Acordo Quadro de Cooperação	28/05/1996	01/04/1997	2200	08/04/1997
Acordo sobre o Projeto de Construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque	05/04/2001	05/04/2001	Sem Decreto	Sem Data
Acordo Relativo à Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque Ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá	15/07/2005	01/06/2007	6250	06/11/2007
Protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica para Criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica	23/12/2008	23/12/2008		08/01/2009

Fonte: Autor (2025), a partir de dados do MRE e Divisão de Atos Institucionais.

As autoridades da França e do Brasil também firmaram um acordo sobre o monitoramento das áreas de garimpo ilegal na Guiana Francesa, que é principalmente habitada por brasileiros. Esse acordo permitiu que a fiscalização francesa atuasse até 150 km de distância da fronteira para apreender pessoas e materiais ilícitos. Isso reforçou a percepção de que os brasileiros são alvo de preconceito por parte dos franceses, resultando em uma série de moções de juristas, políticos e cidadãos condenando o acordo. (Silva, 2016).

Os fluxos comerciais na região da fronteira Oiapoque/Saint-Georges não seguem lógicas aleatórias, mas constituem cadeias produtivas complexas, com uma divisão de trabalho bem estabelecida entre os atores locais. No caso do comércio de pescado, por exemplo, participam pescadores artesanais, intermediários responsáveis pelo transporte, processadores que realizam o beneficiamento artesanal e redes de distribuição que conectam a produção local a mercados urbanos maiores, como Macapá e Caiena. Essa organização demonstra que a economia informal na fronteira não é caótica ou desestruturada, mas sim um sistema paralelo com suas próprias regras, hierarquias e mecanismos de regulação social (Moura, 2018).

Essa perspectiva é fundamental para compreender as dinâmicas econômicas e sociais da região, pois revela que a informalidade funciona como uma estratégia adaptativa e integrada à vida cotidiana das comunidades fronteiriças. A existência dessas cadeias produtivas paralelas evidencia a capacidade de organização e resiliência dos atores locais diante das limitações impostas pelos regimes aduaneiros e pelas políticas públicas, que muitas vezes não consideram as especificidades locais (Moura, 2018).

A discrepância entre as economias brasileira e francesa gera distorções significativas nos fluxos comerciais na fronteira Oiapoque/Saint-Georges. O poder de compra do euro, moeda oficial da Guiana Francesa, é substancialmente superior ao do real brasileiro, tornando produtos básicos na Guiana Francesa relativamente mais baratos para os consumidores locais. Isso incentiva o contrabando desses produtos para o lado brasileiro, onde o poder aquisitivo é menor. Por outro lado, a carga tributária diferenciada sobre bens manufaturados no Brasil estimula o fluxo inverso de mercadorias, criando uma dinâmica econômica assimétrica que alimenta a informalidade fronteiriça como uma resposta racional aos incentivos de mercado gerados por políticas nacionais descoordenadas (Pinto, 2021; Rodrigues, 2018).

Essa situação é reforçada pelo fato de que, desde 2018, o real tem apresentado um poder de compra inferior ao euro, o que agrava as desigualdades econômicas na região e influencia diretamente os padrões de consumo e comércio local. A informalidade, portanto, não deve ser

vista apenas como uma prática ilegal, mas como uma estratégia adaptativa das populações fronteiriças para equilibrar as diferenças estruturais entre as duas economias e garantir o acesso a bens essenciais (Pinto, 2021).

A tecnologia também trouxe novas dimensões para o comércio transfronteiriço informal através do uso de redes imateriais, relacionadas aos fluxos de informação e comunicação que possibilitam romper distâncias territoriais aproximando o que se encontra distante (Moura, 2018). Essa evolução apresenta desafios adicionais para as autoridades, já que torna os fluxos informais mais difíceis de monitorar, ao mesmo tempo em que aumenta a eficiência das redes comerciais não oficiais. A adaptação das comunidades locais a essas ferramentas demonstra a capacidade de inovação dos sistemas informais frente a restrições externas (Moura, 2018).

4. IMPACTOS E DESAFIOS DA ECONOMIA INFORMAL NA FRONTEIRA OIAPOQUE/SAINT-GEORGES

A economia informal na fronteira entre Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges (Guiana Francesa) gera impactos que ultrapassam a esfera econômica, influenciando profundamente as estruturas sociais, políticas e geopolíticas da região. Essa dinâmica é evidenciada pela intensa circulação de pessoas, mercadorias e moedas, como o euro e o real, que configuram um espaço híbrido de convivência e intercâmbio cultural, onde as relações transfronteiriças moldam identidades e práticas sociais específicas. Além disso, a economia informal sustenta setores como o garimpo, o turismo e o comércio local, afetando diretamente a organização social e as políticas públicas da região (Almeida; Rauber, 2017).

Este capítulo busca analisar criticamente esses efeitos, explorando as contradições inerentes a um sistema que, por um lado, sustenta a subsistência de comunidades locais e, por outro, desafia a autoridade do Estado e a integração regional. A análise estrutura-se em três dimensões inter-relacionadas: (1) os impactos econômicos, marcados pela tensão entre geração de renda e perda de arrecadação; (2) os impactos sociais, onde se observam tanto a cooperação comunitária quanto conflitos com autoridades; e (3) os impactos geopolíticos, que revelam o dilema entre soberania nacional e a necessidade de cooperação transfronteiriça.

Ao examinar essas dimensões, o capítulo demonstra como a informalidade, longe de ser um fenômeno marginal, está no centro de debates cruciais sobre desenvolvimento, governança e identidade na Amazônia, pois representa uma resposta estrutural às desigualdades socioeconômicas e às barreiras institucionais presentes na região. Conforme destacado por

Killeen (2025), a economia informal manifesta-se em mercados de rua, prestação de serviços por artesãos independentes e pequenos agricultores que operam fora da formalidade, contribuindo significativamente para a geração de renda e para a dinâmica social local, apesar de não contar com a proteção legal e o acesso a políticas públicas. Essa informalidade também reflete e reforça as desigualdades estruturais, sendo uma via de sobrevivência para milhões que enfrentam exclusão e falta de oportunidades no mercado formal.

4.1 Impactos Econômicos: Entre a Renda Local e a Perda Arrecadatória

A economia informal na fronteira Oiapoque/Saint-Georges desempenha um papel ambivalente no desenvolvimento regional, sendo fonte importante de renda para a população local, especialmente por meio do comércio de pescado, combustíveis e ouro. Essas atividades não regulamentadas sustentam grande parte da circulação econômica da região, envolvendo uma complexa rede de atores que atuam desde a extração até a comercialização dos produtos. Conforme apontado por Almeida e Rauber (2017), a fronteira é marcada por uma intensa mobilidade de pessoas e mercadorias, com brasileiros atravessando o rio Oiapoque para buscar emprego ou participar do garimpo na Guiana Francesa, enquanto franceses e guianenses vêm ao Brasil em busca de turismo e comércio em reais, diante da desvalorização da moeda brasileira. Essa dinâmica informal é fundamental para a sobrevivência econômica local, apesar dos desafios legais e sociais que impõe.

Esses fluxos garantem a sobrevivência de famílias que, de outra forma, estariam excluídas dos circuitos formais de emprego e comércio. Pequenos agricultores, pescadores e comerciantes informais constituem uma rede econômica resiliente que mitiga os efeitos da precariedade institucional e da distância dos centros urbanos. Conforme apontado por Almeida (2020), a dinâmica econômica na fronteira Oiapoque/Saint-Georges é marcada pela informalidade estruturada, na qual as atividades econômicas locais, ainda que à margem da formalidade, garantem a reprodução social e a geração de renda para populações vulneráveis, especialmente diante das limitações do acesso a serviços públicos e mercados formais.

A informalidade funciona como um "amortecedor social" em regiões onde o Estado está presente de forma intermitente, oferecendo alternativas viáveis em contextos de exclusão sistêmica. No caso da fronteira Oiapoque/Saint-Georges, essa informalidade se manifesta em redes econômicas paralelas que garantem a sobrevivência de muitas famílias, suprindo lacunas deixadas pela ausência ou fragilidade das políticas públicas e da fiscalização estatal. Conforme destacado por Almeida e Rauber (2017), a dinâmica socioeconômica local é marcada por uma

economia informal estruturada, que atua como mecanismo de proteção social e permite a reprodução social das comunidades diante das dificuldades institucionais e do isolamento territorial.

Silva (2023), destaca ainda que, ao contrário do que acontece no comércio exterior, onde as normas seguem o procedimento padrão de exportação, o comércio transfronteiriço é realizado principalmente por chamados imigrantes pendulares, habitantes das cidades-gêmeas, que, devido à proximidade, conseguem transitar com facilidade entre essas cidades

Por outro lado, a perda de arrecadação decorrente das práticas ilegais na fronteira, especialmente o contrabando de combustíveis, é significativa. Estima-se que o Brasil deixe de arrecadar cerca de R\$29 bilhões por ano devido a irregularidades no setor de combustíveis, incluindo sonegação, fraudes operacionais, roubo e furto de cargas, adulteração e venda em postos clandestinos. Grande parte dessas perdas ocorre em regiões de fronteira, como o Amapá, onde o contrabando e a circulação informal de combustíveis são recorrentes, impactando negativamente a arrecadação de tributos federais e estaduais e prejudicando a economia formal local (ICL, 2025).

Essas perdas tributárias comprometem recursos essenciais para investimentos públicos e reforçam a atuação de organizações criminosas que utilizam o capital obtido para ampliar suas operações ilegais, dificultando ainda mais o controle e a fiscalização na região. O combate a essas práticas é fundamental para proteger a arrecadação, a segurança econômica e a saúde da população fronteiriça (ICL, 2025).

Essa evasão fiscal decorrente do contrabando e da informalidade na fronteira impacta diretamente os recursos disponíveis para investimentos públicos no município de Oiapoque, limitando a capacidade de financiar áreas essenciais como infraestrutura, saúde e educação. Segundo a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 do município, o orçamento total previsto é de pouco mais de R\$ 127 milhões, valor que já enfrenta limitações para atender às demandas locais, especialmente diante das perdas tributárias causadas pela informalidade e contrabando que reduzem a arrecadação municipal efetiva. Essa situação compromete a oferta e a qualidade dos serviços públicos, dificultando o desenvolvimento regional sustentável (Governo do Amapá, 2024). Além disso, a concorrência desleal com produtos ilegais desestimula a formalização de negócios locais, perpetuando um ciclo de baixa produtividade e dependência de mercados informais. A contradição é evidente: enquanto a informalidade sustenta indivíduos e comunidades, ela enfraquece a capacidade do Estado de promover um desenvolvimento

estrutural e sustentável na região. Conforme analisam Borges e Correa (2023), a economia local de Oiapoque está fortemente marcada por atividades informais ligadas ao garimpo ilegal, comércio paralelo e contrabando, que movimentam grande parte da economia, mas também alimentam práticas ilícitas e dificultam a consolidação de uma economia formal e regulada. Essa situação cria um ambiente de insegurança jurídica e econômica, que desestimula investimentos e a geração de empregos formais, mantendo a região em um ciclo de vulnerabilidade e dependência dos mercados informais.

4.2 Impactos Sociais: Cooperação e Conflitos na Fronteira

No plano social, a economia informal na fronteira Oiapoque/Saint-Georges tece uma complexa teia de relações que oscilam entre a cooperação e o conflito. Comunidades locais, especialmente indígenas e ribeirinhas, desenvolvem estratégias coletivas para lidar com as restrições impostas pela fronteira, como a adaptação das práticas produtivas tradicionais e a organização comunitária para enfrentar desafios econômicos e ambientais.

Práticas como o escambo de pescado por manufaturas ou a divisão de rotas comerciais entre famílias na fronteira Oiapoque/Saint-Georges são governadas por normas consuetudinárias que antecedem a própria demarcação territorial. Essas regras tradicionais organizam as relações econômicas e sociais entre os pescadores e comerciantes locais, regulando o uso dos recursos naturais e a circulação de mercadorias de forma coletiva e negociada, muitas vezes em paralelo às normas oficiais. Conforme apontado por Prost, David e Ravena-Cañete (2015), os pescadores artesanais da região mantêm territórios pesqueiros definidos por práticas históricas e acordos informais, que coexistem com os limites legais e políticos, evidenciando uma gestão comunitária baseada em saberes e costumes ancestrais que estruturam a economia local e as relações sociais. Esses arranjos, baseados em confiança e reciprocidade, fortalecem o capital social da região, criando mecanismos informais de proteção e solidariedade entre os membros das comunidades fronteiriças.

Contudo, a mesma informalidade que une as comunidades na fronteira Oiapoque/Saint-Georges também gera tensões com as autoridades públicas. Enquanto as práticas informais são essenciais para a sobrevivência e a organização social local, elas frequentemente entram em conflito com as normas legais e os mecanismos de controle estatal. Conforme destacado por Almeida e Rauber (2017), essa ambivalência resulta em uma relação complexa entre os moradores e o Estado, marcada por desconfiança mútua, fiscalizações rigorosas e, por vezes, repressão, que dificultam a integração plena das comunidades aos circuitos formais e limitam

o desenvolvimento regional.

A fiscalização aduaneira na fronteira Oiapoque/Saint-Georges, quando ocorre, frequentemente assume um caráter disruptivo, pois tende a ignorar as especificidades culturais e econômicas da região. Essa abordagem rígida dificulta a integração das comunidades locais aos processos formais de comércio e circulação, gerando conflitos e resistência por parte dos moradores que dependem das práticas informais para sua subsistência.

O paradoxo é claro: as políticas destinadas a combater a ilegalidade muitas vezes exacerbam a vulnerabilidade social, empurrando os atores locais para redes ainda mais clandestinas. Conforme analisam Almeida e Rauber (2017), as ações repressivas e a rigidez das fiscalizações na fronteira Oiapoque/Saint-Georges tendem a aprofundar a exclusão dos moradores que dependem da economia informal para sua subsistência, dificultando o acesso a mercados formais e serviços públicos. Essa dinâmica cria um ciclo vicioso, no qual a intensificação do controle estatal não elimina as práticas ilegais, mas as desloca para espaços mais ocultos e menos regulados, aumentando os riscos sociais e econômicos para as comunidades locais.

A situação se agrava quando consideramos o papel de atores externos, como garimpeiros e contrabandistas profissionais, que se aproveitam da permeabilidade fronteiriça para atividades criminosas. Esses grupos organizados exploram as fragilidades institucionais e a limitada capacidade de fiscalização na região de Oiapoque/Saint-Georges para expandir suas operações ilegais, incluindo o tráfico de ouro, combustíveis e outros bens. Segundo Borges e Corrêa (2023), a presença desses atores intensifica a violência, a degradação ambiental e a insegurança, além de dificultar ainda mais o controle estatal e a promoção de um desenvolvimento sustentável na fronteira. A presença desses agentes introduz violência e corrupção em comunidades tradicionalmente pacíficas, como observado nos conflitos recentes entre garimpeiros ilegais e grupos indígenas no rio Oiapoque (Fundação Oswaldo Cruz, 2025). Nesse contexto, a economia informal de subsistência acaba sendo estigmatizada e equiparada ao crime organizado, obscurecendo suas raízes históricas e sociais.

4.3 Impactos Geopolíticos: Soberania versus Integração Regional

A persistência da economia informal na fronteira Oiapoque/Saint-Georges coloca em prática noções tradicionais de soberania e controle territorial. Do ponto de vista brasileiro, a incapacidade de regular os fluxos comerciais é frequentemente interpretada como uma falha do

Estado em exercer sua autoridade sobre um território estratégico. Essa percepção alimenta discursos securitários que defendem a militarização da fronteira, como visto no aumento de efetivos da Polícia Federal e do Exército na região a partir de 2020 (Ministério da Defesa, 2020). No entanto, a repressão pura e simples tende a fracassar quando não acompanhada de políticas de desenvolvimento inclusivo, pois limita-se a combater os sintomas sem enfrentar as causas estruturais da informalidade e da ilegalidade na fronteira. No contexto de Oiapoque/Saint-Georges, essa abordagem repressiva frequentemente gera resistência e deslocamento das práticas ilegais para espaços ainda mais ocultos, sem promover melhorias efetivas nas condições socioeconômicas locais.

Neste sentido, a Guiana Francesa se beneficia de investimentos europeus significativos em infraestrutura e segurança, como a construção de uma prisão de segurança máxima destinada a combater o crime organizado na região, refletindo o interesse estratégico da França em seu território ultramarino na Amazônia. No entanto, sua condição de território ultramarino faz com que dependa de decisões tomadas em Bruxelas e Paris, muitas vezes distantes das realidades locais e das especificidades socioeconômicas da região. Essa dependência limita a autonomia local e pode gerar descompassos entre as políticas implementadas e as necessidades efetivas da população fronteiriça (Exame, 2025; Aratuon, 2025). O resultado é uma política fronteiriça fragmentada, na qual as regulamentações europeias rígidas frequentemente colidem com a necessidade prática de integração econômica, social e cultural com o Brasil. Essa tensão se manifesta na dificuldade de harmonizar normas e procedimentos aduaneiros, migratórios e ambientais, que impactam diretamente a vida cotidiana das comunidades transfronteiriças. Conforme apontam Almeida e Rauber (2017), essa fragmentação dificulta a construção de uma governança eficaz na região, gerando incertezas e conflitos que comprometem o desenvolvimento sustentável e a cooperação entre os dois lados da fronteira.

Por outro lado, um novo plano de ação firmado recentemente, focado na Parceria Estratégica Brasil-França, foi publicado em 28 de março de 2024 e busca estreitar os laços estratégicos entre Brasil-França e diante de diversos aspectos tenta também atenuar tensões diversas, enquanto aproxima as duas nações quanto à educação, língua, além da cooperação em ciência, tecnologia e inovação (Ambassade de France au Brésil, 2024).

A dinâmica da fronteira Oiapoque/Saint-Georges revela um dilema geopolítico mais amplo: como conciliar a soberania nacional com a integração regional em áreas onde as fronteiras são culturalmente porosas? A experiência local demonstra que respostas baseadas

exclusivamente no controle e na repressão são insuficientes para lidar com as complexas relações sociais, culturais e econômicas transfronteiriças. Conforme discutido por Santos (2021), as fronteiras não são apenas delimitadas juridicamente, mas são também espaços culturais que podem tanto separar quanto unir povos, exigindo uma abordagem que valorize a negociação, a tolerância e a cooperação intercultural para superar tensões e conflitos. Assim, para avançar na integração regional, é fundamental reconhecer e incorporar essas dimensões culturais nas políticas públicas, promovendo uma governança que vá além do mero controle territorial e que contemple a diversidade e a porosidade das fronteiras culturais.

Além disso, a integração regional deve considerar o papel da cultura como elemento central para a construção de identidades comuns e para o fortalecimento do capital social entre os povos fronteiriços, conforme apontado por Rivas (2003). A cultura pode ser um catalisador para a aproximação política e social, criando pontes que complementam as ações econômicas e institucionais, e assim, contribuir para a superação do dilema entre soberania e integração.

Em vez disso, é necessário avançar em modelos de governança compartilhada que reconheçam as especificidades locais, como propõem teóricos da "soberania flexível" (Sassen, 2006). A harmonização de políticas aduaneiras, a criação de zonas de comércio especial e o envolvimento das comunidades na gestão fronteiriça emergem como alternativas viáveis para superar os desafios da fronteira Oiapoque/Saint-Georges, ainda que politicamente complexas. Essas estratégias buscam conciliar a necessidade de controle estatal com a realidade socioeconômica local, promovendo a integração econômica e social de forma mais inclusiva e sustentável.

A economia informal na fronteira cria formas particulares de sociabilidade que transcendem as identidades nacionais. Moradores de ambos os lados da fronteira desenvolvem lealdades baseadas em interesses econômicos compartilhados e experiências comuns de marginalização. Conforme destaca Almeida e Rauber (2017), essas relações transfronteiriças são marcadas por redes de cooperação que ultrapassam os limites do Estado, formando um tecido social híbrido onde a solidariedade e a reciprocidade se tornam fundamentais para a sobrevivência e o sustento das comunidades locais. Essa dinâmica evidencia como a informalidade, apesar de seus desafios, também pode ser vista como um mecanismo de resistência e adaptação frente às limitações institucionais e às desigualdades estruturais.

Neste sentido, a economia informal na fronteira entre Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges (Guiana Francesa) constitui um elemento central para a compreensão das dinâmicas sociais e

econômicas locais, configurando um espaço híbrido que transcende as fronteiras nacionais. Conforme destaca Guerra (2025), as práticas comerciais informais, como o escambo, o comércio paralelo e as trocas baseadas em normas consuetudinárias, são fundamentais para a sobrevivência das comunidades fronteiriças, que enfrentam limitações institucionais e restrições legais impostas por políticas rígidas de controle. Essas relações informais criam redes de sociabilidade baseadas na confiança, reciprocidade e solidariedade, que fortalecem o capital social local e promovem a integração econômica e cultural entre os dois lados da fronteira.

Entretanto, essa informalidade também gera tensões com as autoridades públicas, uma vez que as fiscalizações aduaneiras e repressões muitas vezes desconsideram as especificidades culturais e econômicas da região, dificultando a formalização dos negócios e ampliando a vulnerabilidade social dos atores locais. Guerra (2025) enfatiza que a simples repressão não resolve os problemas estruturais da fronteira e pode, inclusive, empurrar os moradores para redes ainda mais clandestinas, agravando o ciclo de exclusão e marginalização.

Diante desse cenário, alternativas como a harmonização das políticas aduaneiras, a criação de zonas de comércio especial e o envolvimento das comunidades na gestão fronteiriça surgem como caminhos viáveis para promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Essas medidas podem conciliar a necessidade de controle estatal com a realidade socioeconômica local, valorizando as práticas tradicionais e fortalecendo a cooperação transfronteiriça (Guerra, 2025).

O processo de construção de uma identidade fronteiriça distinta na região de Oiapoque/Saint-Georges reflete uma realidade onde o pertencimento local frequentemente se sobrepõe às filiações nacionais, resultado das práticas sociais, econômicas e culturais que atravessam a fronteira. Conforme evidenciado por estudos sobre a economia informal e as dinâmicas transfronteiriças (Guerra, 2022; Almeida; Rauber, 2017), as comunidades desenvolvem redes de cooperação baseadas em confiança, reciprocidade e experiências compartilhadas de marginalização, que criam um tecido social híbrido e resiliente, fazendo com que essa identidade fronteiriça fortaleça a resiliência comunitária, pois as populações locais tendem a construir mecanismos próprios para enfrentar as limitações institucionais e as políticas rígidas de controle estatal, garantindo sua sobrevivência e autonomia econômica. No entanto, esse mesmo processo pode aprofundar o distanciamento em relação aos centros de poder nacionais, gerando sentimentos de exclusão e desconfiança em relação às autoridades públicas, que muitas vezes não reconhecem ou desconsideram as especificidades e necessidades locais.

As atividades econômicas não regulamentadas na fronteira entre Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges (Guiana Francesa) causam impactos ambientais significativos que são frequentemente negligenciados nas análises tradicionais. Conforme evidenciado por estudos sobre a região, o comércio ilegal de madeira e o garimpo predatório provocam danos ecológicos cumulativos, incluindo o desmatamento acelerado e a contaminação dos rios por mercúrio, substância tóxica que compromete a fauna aquática e a saúde das populações locais (Guerra, 2022; Almeida; Rauber, 2017).

Além disso, o transporte informal de combustíveis, comum na área fronteiriça, apresenta riscos elevados de contaminação ambiental devido ao manuseio inadequado e à ausência de fiscalização efetiva. Essas práticas informais, motivadas pela dificuldade de circulação legal e pela rigidez das políticas de controle, escapam ao monitoramento estatal, dificultando a implementação de políticas ambientais eficazes e sustentáveis.

Dessa forma, a dimensão ambiental da economia informal na fronteira exige uma abordagem integrada que considere os impactos cumulativos do garimpo ilegal, do comércio clandestino de madeira e do transporte informal de combustíveis. Para isso, é fundamental articular estratégias que combinem controle estatal, desenvolvimento sustentável e inclusão social, reconhecendo as especificidades locais e promovendo a participação das comunidades na gestão ambiental e econômica da região (Guerra, 2022; Almeida; Rauber, 2017).

Esses problemas são agravados pela dificuldade de monitoramento em áreas remotas e pela falta de mecanismos formais de responsabilização. A sustentabilidade ambiental emerge assim como desafio crítico para qualquer proposta de desenvolvimento regional. Os problemas ambientais decorrentes das atividades econômicas não regulamentadas na fronteira entre Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges (Guiana Francesa) são agravados pela dificuldade de monitoramento em áreas remotas e de difícil acesso, além da ausência de mecanismos formais eficazes de responsabilização dos atores envolvidos. Conforme ressaltam Guerra (2022) e Almeida e Rauber (2017), a vasta extensão territorial, a densa cobertura florestal e a limitada infraestrutura dificultam a fiscalização ambiental e o controle das práticas ilegais, como o garimpo predatório e o comércio clandestino de madeira e combustíveis. Tal lacuna institucional contribui para a perpetuação de danos ecológicos cumulativos, que comprometem a biodiversidade local, os recursos hídricos e a qualidade de vida das comunidades fronteiriças. A falta de responsabilização formal gera um ambiente propício para a continuidade dessas atividades, que muitas vezes operam em redes informais e clandestinas, dificultando a aplicação

de políticas públicas eficazes.

Diante desse cenário, a sustentabilidade ambiental emerge como um desafio crítico para qualquer proposta de desenvolvimento regional na fronteira. É imprescindível a adoção de estratégias integradas que combinem o fortalecimento da governança local, a participação comunitária e o uso de tecnologias de monitoramento ambiental, além da promoção de alternativas econômicas sustentáveis que reduzam a dependência das atividades ilegais. Somente assim será possível conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação dos ecossistemas frágeis da região (Guerra, 2022; Almeida; Rauber, 2017).

A experiência de Oiapoque/Saint-Georges sugere a necessidade de experimentar modelos alternativos de gestão fronteiriça que superem as limitações das abordagens tradicionais baseadas apenas no controle e repressão. Essa fronteira funciona como um território-rede, onde múltiplos atores, incluindo comunidades locais e informais, interagem em um espaço de intensa integração cultural e econômica, demandando políticas que valorizem a cooperação binacional e a participação comunitária (Moura, 2018).

Iniciativas como o Conselho do Rio Oiapoque exemplificam caminhos para uma gestão integrada e participativa, capaz de equilibrar o controle estatal com as práticas informais e as especificidades culturais locais. Assim, modelos alternativos devem promover o desenvolvimento sustentável e a governança inclusiva, superando a fragmentação das políticas atuais e fortalecendo a integração regional (Governo do Amapá, 2024).

Mecanismos como certificações comunitárias para produtos locais, zonas econômicas especiais adaptadas à pequena escala e sistemas de monitoramento participativo representam alternativas inovadoras para a formalização progressiva das atividades econômicas informais na fronteira entre Oiapoque e Saint-Georges. Essas estratégias valorizam o conhecimento tradicional e as práticas desenvolvidas pelas próprias comunidades fronteiriças, promovendo um desenvolvimento sustentável que respeita as especificidades culturais, sociais e ambientais da região. Conforme apontam estudos sobre a dinâmica local, essas iniciativas podem fortalecer o capital social, aumentar a transparência nas cadeias produtivas e facilitar o acesso a mercados formais, contribuindo para a inclusão econômica e social (Guerra, 2022; Almeida; Rauber, 2017).

No entanto, a adoção dessas inovações depende da flexibilidade dos Estados nacionais em adaptar suas políticas e regulamentos para reconhecer e incorporar as soluções locais já

existentes. É fundamental que haja disposição para aprender com as estratégias comunitárias, superando abordagens rígidas e centralizadas que muitas vezes desconsideram a complexidade e a porosidade das fronteiras culturais e econômicas. Essa abertura institucional é essencial para construir uma governança fronteiriça mais eficaz, capaz de articular soberania nacional, integração regional e justiça social, promovendo uma gestão participativa e inclusiva que atenda às demandas reais das populações locais (Guerra, 2022; Almeida; Rauber, 2017).

4.4 Obstáculos para a cooperação na região da fronteira

As barreiras administrativas configuram um desafio significativo para a cooperação na fronteira entre Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges (Guiana Francesa), pois dificultam a circulação de pessoas, mercadorias e informações, essenciais para a integração regional e o desenvolvimento sustentável. A rigidez burocrática e a falta de harmonização entre os sistemas aduaneiros e de fiscalização limitam a operacionalidade das iniciativas conjuntas, impactando negativamente as relações sociais e econômicas locais. Como destaca a 13ª Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França, “as reuniões bilaterais técnicas permitiram avanços importantes nos desafios que as duas regiões têm em alguns assuntos”, evidenciando que a flexibilização e adaptação dessas barreiras são cruciais para viabilizar a colaboração efetiva (Governo do Amapá, 2024).

Para superar esses entraves, é fundamental que os Estados nacionais adotem uma postura mais flexível e aberta à negociação, reconhecendo as especificidades culturais, sociais e econômicas da região fronteiriça. A adaptação das barreiras administrativas deve incluir a simplificação de procedimentos, o fortalecimento da cooperação binacional e a ampliação da participação das comunidades locais nos processos decisórios, garantindo que as políticas públicas sejam mais inclusivas e eficazes. Essa abordagem contribui para a construção de uma governança fronteiriça integrada, capaz de conciliar soberania nacional e integração regional, promovendo o desenvolvimento sustentável e a justiça social na região (Martins; Cavlak, 2020).

Além disso, a Guiana Francesa, por ser um território ultramarino da França, integra o território aduaneiro da União Europeia (UE), o que implica a aplicação dos padrões europeus rigorosos para produtos importados. Esses padrões elevam as barreiras técnicas e sanitárias, reduzindo significativamente a entrada de produtos não europeus no mercado guianense, incluindo os provenientes de países vizinhos como o Brasil. Além disso, o sistema preferencial não recíproco adotado pela Guiana Francesa favorece suas relações comerciais com a Europa, que goza de isenção de tarifas aduaneiras, em detrimento da proximidade geográfica e das

relações comerciais com os países sul-americanos vizinhos (SEBRAE, 2020; Monteiro, 2024).

Essa configuração cria um paradoxo: apesar da proximidade física e das relações históricas com o Brasil e outros países amazônicos, a Guiana Francesa mantém uma orientação comercial voltada para o mercado europeu, dificultando a integração regional. Como resultado, a maioria dos produtos consumidos na Guiana Francesa provém da UE, e poucos bens atravessam legalmente a fronteira com o Brasil, reforçando a dependência econômica do bloco europeu e limitando as oportunidades de comércio e cooperação com os países vizinhos (Granger, 2008; SEBRAE, 2020). Essa situação evidencia os desafios para a integração econômica regional, que precisam ser considerados em qualquer estratégia de desenvolvimento transfronteiriço.

Além disso, a instabilidade na representação institucional reduz a capacidade de resposta rápida e adaptativa às demandas locais, impactando negativamente a governança integrada e a implementação de políticas públicas eficazes na região. Para superar esse desafio, é fundamental investir na capacitação e na institucionalização dos mediadores, garantindo maior estabilidade e continuidade nas relações de cooperação, o que contribuirá para o fortalecimento da integração regional e para o desenvolvimento sustentável da fronteira (Governo do Amapá, 2024).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho revelou a complexidade da economia informal na região fronteira entre Oiapoque e Saint-Georges, demonstrando que este fenômeno transcende simplificações binárias entre legalidade e ilegalidade. Os fluxos comerciais que atravessam diariamente esta fronteira representam muito mais que meras transações econômicas - constituem um sistema adaptativo desenvolvido por comunidades que historicamente habitam este espaço liminar entre nações e culturas.

A realidade local apresenta um paradoxo fundamental: enquanto as atividades informais garantem subsistência e preservam modos tradicionais de vida, elas também perpetuam ciclos de exclusão e limitam o desenvolvimento regional mais amplo. Esta contradição não é acidental, mas sim produto de políticas públicas que frequentemente ignoram as especificidades culturais e geográficas da região, impondo modelos rígidos incapazes de acomodar as necessidades locais.

A experiência de Oiapoque/Saint-Georges oferece lições valiosas para o estudo das

dinâmicas fronteiriças contemporâneas. Primeiramente, evidencia que fronteiras não são meras linhas geopolíticas, mas espaços vivos onde se entrelaçam múltiplas racionalidades econômicas e culturais. Em segundo lugar, demonstra os limites das abordagens puramente repressivas, que ao invés de resolver o problema da informalidade, frequentemente empurram as comunidades para redes ainda mais marginalizadas.

Os desafios identificados exigem respostas igualmente multifacetadas. Um caminho promissor seria o desenvolvimento de regimes aduaneiros diferenciados que reconheçam as particularidades das economias fronteiriças, combinando controle necessário com flexibilidade inteligente. A cooperação binacional poderia avançar para além dos acordos formais, criando mecanismos concretos de harmonização regulatória que beneficiem tanto os Estados quanto às populações locais.

Fundamentalmente, qualquer solução duradoura deve envolver as comunidades fronteiriças como parceiras ativas no processo de governança, reconhecendo seu conhecimento profundo do território e suas necessidades específicas. A criação de espaços permanentes de diálogo entre autoridades, especialistas e representantes locais poderia gerar políticas mais adequadas à realidade da região.

A fronteira Oiapoque/Saint-Georges, em sua complexidade, convida a repensar os próprios conceitos de soberania e desenvolvimento regional. Mais do que um problema a ser resolvido, esta região representa uma oportunidade para testar modelos inovadores de governança que equilibrem controle estatal e flexibilidade, integração regional e respeito às identidades locais. O caminho a seguir não é simples, mas necessário - exigindo tanto rigor analítico quanto sensibilidade às realidades humanas que dão vida a este espaço fronteiro único.

Diante da pesquisa, concluímos que é importante a presença da governança estatal junto com a participação da população regional, uma dinâmica entre esses dois entes, a assimetria e a harmonia iria diminuir as exportações ilegais, e com políticas públicas, poderiam desenvolver formas de capacitação e instrumento estratégico para poder empreender de forma legal.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. de. **Índices de preços ao consumidor: avaliação do custo básico alimentar da cidade de Oiapoque, Amapá, Brasil. 2022.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2020. Disponível em <https://www2.unifap.br/ppgdas/files/2022/10/DISSERTACAO->

[ARISTOTHELES-PANTOJA-DE-ALMEIDA.pdf](#). Acesso em 7 jul. 2025.

ALMEIDA, C. S. de; RAUBER, A. L. Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do desenvolvimento regional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 11-31, jan./abr. 2017. Disponível em <https://www2.unifap.br/oiapoque/files/2017/02/Artigo-Oiapoque-aqui-comeca-o-Brasil.pdf>. Acesso em 6 jul. 2025.

AMBASSADE DE FRANCE AU BRÉSIL. **Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-França** - Publicado em 28 de março de 2024. Disponível em <https://br.ambafrance.org/Novo-Plano-de-Acao-da-Parceria-Estrategica-Brasil-Franca-Publicado-em-28-de>. Acesso em 29 jun 2025.

ARATUON. **França quer construir prisão de segurança máxima na Amazônia**. 28 maio 2025. Disponível em <https://aratuon.com.br/entretenimento/franca-quer-construir-prisao-de-seguranca-maxima-na-amazonia>. Acesso em 7 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA. **Garimpos clandestinos na Guiana Francesa e suas conexões com o município do Oiapoque (Amapá)**. 2016. Disponível em https://www.abant.org.br/files/1467309244_ARQUIVO_TextodaABA.pdf. Acesso em 7 jul. 2025.

BORGES, C. A. F.; CORREA, P. G. P. Cooperação policial internacional transfronteiriça: o caso do Amapá e da Guiana Francesa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**. v. 10, n. 2, jul./dez. 2023, p. 63–101, DOI: 10.26792/RBED.v10n2.2023.75332. Disponível em <https://rbed.abedef.org/rbed/article/download/75332/42206/312829>. Acesso em 7 jul. 2025.

BRASIL. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de bens de subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de l’Oyapock (França)**. Decreto nº 8960, 17 jan. 2017. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d8960.htm. Acesso em 7 jul. 2025.

COMMISSION EUROPÉENNE. **Code des douanes de l’Union**. Bruxelles: Publications Office, 2013. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/HTML/?uri=CELEX:32013R0952>. Acesso em 28 jun 2025.

EUR-LEX. **Regulamento (UE) n.º 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de outubro de 2013, que institui o Código Aduaneiro da União**. 4 mar. 2024. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32013R0952>. Acesso em 7 jul. 2025.

EXAME. **Nova prisão de segurança máxima na Guiana Francesa visa isolar traficantes e radicais islâmicos**. 19 maio 2025. Disponível em <https://exame.com/mundo/nova-prisao-de-seguranca-maxima-na-guiana-francesa-visa-isolar-trafficantes-e-radica-islamicos/>. Acesso em 7 jul. 2025.

FEITOSA, A. do S.; MOURA, E. D. de. DINÂMICAS COMERCIAIS DA CIDADE DE OIAPOQUE – AP – BRASIL: SOB O CONTEXTO FRONTEIRIÇO/ Commercial dynamics of the city of Oiapoque - AP - Brazil: under the frontier context: SOB O CONTEXTO FRONTEIRIÇO. **REVISTA GEONORTE**, [S. l.], v. 9, n. 33, p. 43–65, 2018. DOI: 10.21170/geonorte.2018.V.9.N.33.43.65. Disponível em

<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/4779>. Acesso em 6 jul. 2025.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. FNDE Chegando Junto leva assistência técnica de programas educacionais a Oiapoque, no extremo Norte do país. **Agência Amapá**, 16 out. 2024. Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/fnde-chegando-junto-leva-assistencia-tecnica-de-programas-educacionais-a-oiapoque-no-extremo-norte-do-pais-1>. Acesso em 6 jul. 2025.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO – FUNAG. **Fronteiras terrestres do Brasil**. Brasília, 2015. Disponível em <https://www.gov.br/funag/pt-br/ipri/arquivos-ipri/arquivos-estatisticas/fronteiras-terrestres-brasil-13052015.pdf>. Acesso em 6 jul. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **O garimpo ilegal e o genocídio yanomami**. Disponível em <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rr-invasao-de-posseiros-e-garimpeiros-em-terra-yanomami>. Acesso em 25 jun 2025.

GOVERNO DO AMAPÁ. **Lei Municipal nº 772/2024, de 30 de dezembro de 2024**. Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Oiapoque para o exercício de 2025. Macapá, 2024. Disponível em https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/OIAPOQUE_b60d936299fed38e61fda0440e3d6306.pdf. Acesso em 7 jul. 2025.

GOVERNO DO AMAPÁ. **No Amapá, 13ª Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França resulta em mais de 20 medidas de cooperação**. 2024. Disponível em <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1406/no-amapa-13-ordf-comissao-mista-transfronteiriça-brasil-franca-resulta-em-mais-de-20-medidas-de-cooperacao>. Acesso em 7 jul. 2025.

GRANGER, S. Guiana Francesa, um território europeu e caribenho no caminho da sul-amecanização? **Ateliê Geográfico Goiânia-GO** v. 2, n. 2 agos/2008 p.156-168, 2008. Disponível em <https://revistas.ufg.br/atelie/article/download/4705/3966/17994>. Acesso em 7 jul. 2025.

GRIMSON, A. **Los límites de la cultura: críticas de las teorías de la identidad**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

GUERRA, M. A. A. **Práticas comerciais e economia informal na fronteira entre Oiapoque e Saint-Georges**. Universidade Federal do Amapá, 2022. Disponível em <https://www2.unifap.br/ppgef/files/2025/03/MARINETE-ANSELMO-ALBUQUERQUE-GUERRA.pdf>. Acesso em 7 jul. 2025.

ICL - INSTITUTO COMBUSTÍVEL LEGAL. **Combate à ilegalidade de combustíveis dobraria arrecadação da MP do governo**. CNN Brasil, 12 jun. 2025. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/combate-a-ilegalidade-de-combustiveis-dobrar-arrecadacao-da-mp-do-governo/>. Acesso em 7 jul. 2025.

KILLEEN, T. J. Como o ouro é extraído no cinturão verde da Pan-Amazônia. **MONGABAY** 8 ago. 2024. Disponível em <https://brasil.mongabay.com/2024/08/como-o-ouro-e-extraido-no-cinturao-verde-da-pan-amazonia/>. Acesso em 7 jul. 2025.

KILLEEN, T. J. Os precursores da corrupção na Amazônia: desigualdade e informalidade. **MONGABAY**, 22 jan. 2025. Disponível em <https://brasil.mongabay.com/2025/01/os-precursos-da-corrupcao-na-amazonia-desigualdade-e-informalidade/>. Acesso em 7 jul.

2025.

MAIA MELO ENGENHARIA. **Ponte Binacional do Rio Oiapoque / AP**. 2024. Disponível em <https://www.maiamelo.com.br/cases/ponte-binacional-do-rio-oiapoque-ap/>. Acesso em 7 jul. 2025.

MARTINS, C. C.; CAVLAK, I. O dilema da participação local na cooperação transfronteiriça Brasil-França (1990-2015). **Diálogos**, Maringá, v. 24, n. 2, p. 103-124, 2020. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/53329/751375150457/>. Acesso em 7 jul. 2025.

MENDES, S. M. **As políticas de proteção das fronteiras terrestres entre Moçambique e África do Sul: práticas, desafios e perspectivas para a segurança (1992-2020)**. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/230867>. Acesso em 6 jul. 2025.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa. 2020**. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em 27 jun. 2025.

MONTEIRO, J. **Guiana Francesa e Amapá: comércio de proteína animal é oportunidade para o agro**. Portal do Agro. 2024. Disponível em <https://www.portaldoagro.com/2024/12/25/guiana-francesa-e-amapa-comercio-de-proteina-animal-e-oportunidade-para-o-agro/>. Acesso em 7 jul. 2025.

MOURA, E. D. de. TERRITÓRIO-REDE E FRONTEIRA: UM VISLUMBRAR PARA O COMEÇO DO BRASIL - OIAPOQUE – AMAPÁ. **Geographia Opportuno Tempore**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 85–105, 2018. DOI: 10.5433/got.2018.v4.36117. Disponível em <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/36117>. Acesso em 7 jul. 2025.

MRE (Ministério das Relações Exteriores). **Acordo de Cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França**. Brasília: MRE, 2017. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d8959.htm. Acesso em 28 jun. 2025.

NOGUEIRA, J. C. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 27-41, dez. 2007. Disponível em <https://revistas.ufg.br/atelie/article/download/3013/3051/0>. Acesso em 6 jul. 2025.

PEREIRA, I. **Cidade da Guiana Francesa que faz fronteira com o AP volta a emitir carteira transfronteiriça**. G1. 20 jan. 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/01/20/cidade-da-guiana-francesa-que-faz-fronteira-com-o-ap-volta-a-emitir-carteira-transfronteiriça.ghtml>. Acesso em 7 jul. 2025.

PEREIRA, M. Governança territorial multinível: fratura(s) entre teoria e prática(s). **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 4, n. 2, p. 4-20, jul./dez. 2014. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/5708/570862017002.pdf>. Acesso em 6 jul. 2025.

PINTO, H. S. A queda do poder de compra do real no contexto latino-americano: possíveis consequências para a segurança alimentar em zonas de fronteira. **Texto para Discussão nº 302**, 2021. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td302>. Acesso em 7 jul. 2025.

- PROST, C; DAVID, G; RAVENA-CAÑETE, V. **Que limites para uma real proteção dos territórios pesqueiros?** Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em https://costeiros.ufba.br/sites/costeiros.ufba.br/files/prost_rcanete_david_15_egal.pdf. Acesso em 7 jul. 2025.
- RIVAS, P. Cooperación cultural en el espacio del Mercosur. **Pensar Iberoamérica**, n.2, out. 2002/jan. 2003.
- RODRIGUES, B. S. **Diálogos Internacionais**. O ouro e o euro no território sul-americano. v. 5. n. 45. fev. 2018. Disponível em <https://dialogosinternacionais.com.br/?p=1676>. Acesso em 7 jul. 2025.
- SANTOS, J. C. dos. **Fronteiras culturais**. Brasília: Governo Federal, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/esg/pt-br/composicao/estudos-estrategicos/FronteirasCulturais.pdf>. Acesso em 7 jul. 2025.
- SASSEN, S. **Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages**. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- SEBRAE. **Exportação para Guiana Francesa**. 14 out. 2019. Disponível em <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/exportacao-para-guiana-francesa,6e340409d95cf510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 7 jul. 2025.
- SEBRAE. **Incentivos fiscais para a Guiana Francesa**. 2020. Disponível em <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/incentivos-fiscais-para-a-guiana-francesa,6a620409d95cf510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 7 jul. 2025.
- SILVA, G. V. **A Cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França: ensaios e expectativas neste século XXI**. Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2013.
- SILVA, G. V.; RÜCKERT, A. A. A fronteira Brasil-França: mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). **Revista Confins**, n. 7, p. 2-22, 2009. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/273486>. DOI: 10.4000/confins.6040. Acesso em 6 jul. 2025.
- SILVA, G. V. Desenvolvimento econômico em cidades da fronteira amazônica: ações, escalas e recursos para Oiapoque - AP. CONFINS, **Revista francobrasileira** de geografia, 2013. Disponível em <https://journals.openedition.org/confins/8250>. Acesso em 29 jun. 2025.
- SILVA, J. M. da. Dilemas da integração entre Brasil e França na fronteira sulamericana. In: SILVA, J. M. da. **Amazônia em contexto: uma perspectiva antropológica**, Curitiba: CRV, 2016.
- SILVA, J. M. da. Migrantes ilegais e a fronteira Amapá-Guiana Francesa. In: SILVA, J. M. da. **Amazônia em contexto: uma perspectiva antropológica**, Curitiba: CRV, 2016.
- SILVA, V. G; GRANGER, S; TOURNEAU, F. M. Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França). **Mercator, Fortaleza**, v. 18, e18018, 2019. ISSN:1984-2201. DOI <https://doi.org/10.4215/rm2019.e18018>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mercator/a/BRWGLfMvPYhd3B3BKG4v4R/>. Acesso em 22 jun 2025.
- STURZA, E. R. **Línguas de fronteiras e política de línguas: uma história das idéias**

lingüísticas. 2006. 168f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

TARRIUS, A. **La mondialisation par le bas**: les nouveaux nomades de l'économie souterraine. Paris: Balland, 2002.

VARGAS, J. D.; AQUINO, J. P. D. Garimpos de ouro na fronteira franco-brasileira: Conexões entre o legal e o ilegal. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. Especial, núm. Esp.3, pp. 219-235, 2019. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/5638/563864592012/html>. Acesso em 7 jul. 2025.

VIEIRA, A. B. *et al.* Oiapoque – Saint Georges de L'oyapock: a fronteira e a COVID-19. **ENTRE-LUGAR**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 312–328, 2025. DOI: 10.30612/rel.v16i31.19418. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/19418>. Acesso em 6 jul. 2025.

WEBER, A. Política de línguas e fronteiras no Mercosul: novos sentidos para o espanhol, o português e o guarani. **Revista Veredas**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/28154>. Acesso em 17 jun. 2025.

ZIBECHI, R. **Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias**. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2015.